CBIC Mais
Informativo da Indústria da Construção
Newsletter :: Edição 115 :: 03/11/2017

NOTÍCIAS

MINISTÉRIO DA CIDADES PREVÊ INOVAÇÕES NA POLÍTICA HABITACIONAL

PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO SERÁ REVISTO ATÉ 2040

Jadilson Simões

A secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves no Fórum Obras Públicas, Parcerias e Programa MCMV, em Sergipe

O Ministério das Cidades estuda mudanças para a política habitacional atual, em razão da necessidade de rever o Plano Nacional de Habitação até 2040. Uma das ideias é mudar o foco de avaliação do déficit habitacional de quantitativo (centrado no déficit habitacional, com abordagem na família) para o déficit habitacional qualitativo (centrado nas dimensões social e urbana), observando a melhor maneira de fazer uma política habitacional de forma integrada com o desenvolvimento das cidades e das novas tecnologias. Estudos indicam que a evolução da tecnologia permitirá uma edificação no desenvolvimento das cidades. "Essa tecnologia vai permitir módulos de mobilidade de transporte coletivo diferenciado do que nós temos hoje", destaca a secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves. Por isso, uma das ideias é lançar a prestação de serviço de aluguel social.

Numa avaliação sobre o déficit habitacional, detectou-se uma estabilização do déficit habitacional no período de 2011 até 2017, com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A única modalidade de déficit que não decresceu foi a do ônus excessivo com aluguel. Pesquisas indicaram que isso decorre do fato das pessoas estarem preferindo pagar mais caro no aluguel a ter que ficar duas horas dentre de um ônibus para ir ao trabalho e outras duas horas para voltar para casa. Por isso, segundo a secretária Nacional de Habitação, que participou do Fórum Obras Públicas, Parcerias e Programa PMCMV, no dia 16 de outubro, em Sergipe, a nova Política Habitacional trabalhará com novas formas de moradia. O evento foi promovido pela Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (COP/CBIC) e pelo Senai Nacional. Detectou-se ainda que as pessoas estão mais preocupadas

Ano	Absoluto	Relativo(%)
2007	6.102.414	10,8
2008	5.686.703	9,8
2009	6.143.226	10,4
2011	5.581.968	9,0
2012	5.430.562	8,5
2013	5.846.040	9,0
2014	6.068.061	9,0
2015*	6.186.503	9,3

com a qualidade de vida, preferindo estar mais próximas do local de trabalho e da escola dos seus filhos, por exemplo.

Mesmo assim, segundo estudo demográfico realizado pelo Ministério das Cidades, com apoio do Cedeplar/UFMG, o crescimento do estoque habitacional do Brasil permaneceu nas mesmas condições de 2015 (7 milhões de unidades), porque 2016 e 2017 foram anos atípicos. A previsão é de que chegue a 2040 com um estoque habitacional de 86 milhões de moradias no Brasil. Considerando a demanda, ou seja, o crescimento das famílias, as novas famílias que vão surgir, as diferenças sociais que vão despontar, muito da necessidade de morar sozinho, pessoas que se separam, filhos que vão estudar fora, com todas essas considerações, ainda faltarão em 2040 2 milhões de domicílios no Brasil. Ou seja, ainda há muito o que se construir no País, seja para alugar, seja para comprar.

CBIC CRIA FÓRUM NACIONAL E FORTALECE PROJETO O FUTURO DA MINHA CIDADE. CONSELHO DE GOIÂNIA DOA PROJETO AO EXECUTIVO MUNICIPAL

CORREALIZADO PELO SESI NACIONAL, PROJETO AVANÇA EM 20 CIDADES BRASILEIRAS. PRIMEIRA REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL ACONTECEU EM GOIÂNIA, PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Silvio Simões

Prefeito de Goiânia-GO, Íris Rezende (PMDB), durante o Workshop O Futuro da Minha Cidade, em Goiânia

Projeto estratégico da indústria da construção, O Futuro da Minha Cidade está mudando paradigmas do relacionamento entre o cidadão e os setores organizados com a administração pública das 20 cidades onde foi implantado e já induz a adoção de medidas e projetos que terão impacto positivo no desenvolvimento econômico e qualidade de vida das pessoas. Desencadeado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) no ano de 2014, em correalização com o Sesi Nacional e patrocínio nacional da Caixa Econômica Federal, o projeto instalou um Fórum Nacional para a troca de experiências entre os municípios envolvidos, com vistas a disseminar boas práticas e enraizar a premissa de que é possível construir uma parceria positiva da sociedade com as prefeituras para fomentar o crescimento e a melhoria da qualidade de vida nas cidades. “Os mandatos passam, mas o cidadão fica. O exercício de cidadania que estamos fazendo aqui talvez seja o que o Brasil mais precisa nesse momento: diálogo”, afirmou José Carlos Martins, presidente da CBIC.

A primeira reunião do Fórum aconteceu em 31/10, durante workshop técnico organizado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) da CBIC na cidade de Goiânia (GO), onde dirigentes dos 10 Conselhos de Desenvolvimento Econômico em ação apresentaram um balanço de suas atividades, conquistas e planos futuros; trocando experiências entre si. Na abertura do encontro, que contou com a presença de autoridades, dirigentes e empresários do setor, o Conselho de Desen-

Silvio Simões

Presidente da CBIC, José Carlos Martins

Silvio Simões

Sílvio Barros, engenheiro, ex-prefeito de Maringá e consultor da CBIC

volvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia (Codese) entregou ao prefeito Íris Rezende (PMDB) o projeto para execução das obras de revitalização da Praça do Trabalhador e conclusão do lado leste das obras da Avenida Leste Oeste. A parceria está formalizada em carta de intenções assinada pelo presidente do Codese de Goiânia, Euclides Barbo Siqueira, e o prefeito. ”A sociedade não pode se manter impassível e, nesse momento do país, o conceito de gestão compartilhada ganha relevância”, afirmou Siqueira. “Nós precisamos de um novo pacto social, em que a iniciativa privada seja parceira da sociedade e dos governos”.

O projeto doado pelo Codese de Goiânia, que custou R$ 1,4 milhão, é de grande importância para a capital e sua região metropolitana. A conclusão das obras da avenida Leste Oeste será realizada por convênio entre a prefeitura e o governo do Estado, com orçamento previsto de R$ 70 milhões. “Essa iniciativa extraordinária da CBIC é um divisor de águas nos centros urbanos. O Futuro da Minha Cidade é um projeto que traz um olhar pragmático e coloca a sociedade como protagonista do seu destino”, afirmou o prefeito de Goiânia. “Nós iniciamos um ciclo intenso de mudanças na capital e o Codese tem nos dado suporte”, acrescentou Rezende. Governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB) participou de painel do workshop técnico, na parte da tarde, e confirmou o convênio com a prefeitura para o repasse da metade dos recursos necessários às obras. ““Há total disposição do governo estadual na relação com a Prefeitura de Goiânia e com todas as prefeituras goianas. Quem fez o projeto para a Leste-Oeste foi o Codese e essa será a grande primeira marca concreta no desenvolvimento econômico de Goiânia”, afirmou.

SOCIEDADE PROTAGONISTA

O workshop técnico de O Futuro da Minha Cidade levou ao auditório do Codese de Goiânia 10 representantes das cidades integrantes onde o projeto está implantado (Aparecida de Goiânia, Belém, Brasília, Campo Grande, Cascavel, Caxias do Sul, Goiânia, Manaus, Porto Velho e Uberlândia), além de outras cidades goianas, como Trindade, dirigentes e empresários da construção. Promovido pela CBIC, em correalização com o Sesi Nacional e patrocínio nacional da Caixa Econômica Federal, o evento trouxe reflexões relevantes. Precursor da gestão compartilhada no Brasil e um dos expositores do workshop, o engenheiro Sílvio Barros, ex-prefeito de Maringá e consultor da CBIC, abordou a importância da atuação das entidades no diálogo com a administração pública.

Segundo ele, independente do impacto que já tenha causado, a iniciativa da CBIC de empoderamento da sociedade civil organizada, de nortear para onde as cidades devem se dirigir, é extremamente benéfica para o poder público. "Eu, que fui prefeito, posso afirmar que essa parceria com a sociedade nos ajudou a fazer de Maringá uma das melhores cidades do Brasil", disse. Para Barros, as cidades são como pessoas, cada uma delas com personalidade e particularidades. "O modelo tem que ser reajustado à realidade de cada uma, sem necessariamente copiar uma da outra. É isso que estamos fazendo aqui hoje", completou.

CONVÊNIO DE SEGUROS DESENVOLVE SEGURO INOVADOR PARA FACILITAR O CRÉDITO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL

Atualmente o mercado da construção vive uma realidade um tanto quanto complexa no que diz respeito a empréstimos para realização de suas obras imobiliárias. O cenário econômico em que vivemos tem levado agentes financeiros públicos e privados a serem mais rigorosos, inclusive exigindo diversos seguros para a liberação de créditos à produção, sendo o Seguro DFI Habitacional (Danos Físicos ao Imóvel) um deles. Pouco ainda se fala sobre o assunto, mas essa realidade está claramente presente no nosso dia a dia e afeta diretamente e principalmente os incorporadores e construtores que precisam de financiamento para suas obras a iniciar ou já em andamento.

Na prática, o que acontece é o seguinte: sempre que o incorporador ou construtor se dirige ao mercado financeiro em busca de recursos para produzir seus empreendimentos, ele encontra taxas altíssimas de juros e a exigência para que contrate seguros. Ou seja, ele acaba sendo condicionado a fechar mais de um contrato, um do crédito do qual precisa e outro (ou outros, muitas vezes) do(s) seguro(s) que lhe(s) é(são) exigido(s).

Entre os seguros mais demandados, observa-se comumente a requisição de contratação do seguro DFI (Danos Físicos ao Imóvel) com cláusula beneficiária ao Banco Credor. Isso ocorre pois o construtor oferece em garantia da dívida tomada, unidades em estoque de seus empreendimentos prontos, ainda em construção ou até mesmo ainda para construir.

Neste momento, muitas vezes o construtor ou incorporador pode sentir que sua única saída seja contratar tudo – o crédito e o(s) seguro(s) - diretamente com o banco. Parece até mais simples e confiável, certo? Mas isso não é verdade. Você pode (e deve) buscar outras opções, uma vez que geralmente as taxas oferecidas por esses agentes ou instituições financeiras são muito mais altas que a média do mercado em geral e podem custar mais que o dobro diretamente com o banco.

Como uma excelente alternativa para esse cenário do mercado construtivo, apresentamos os seguros do Convênio de Seguros da CBIC. O projeto, que é coordenado em todo o Brasil há mais de 10 anos pela GEO Gestão Imobiliária, empresa conveniada da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), percebeu este movimento do mercado e criou uma divisão especializada neste produto DFI – DANOS FISICOS AO IMOVEL, apenas para atender a esses incorporadores e construtores, com taxas bastante reduzidas.

O Seguro DFI do Convênio de Seguros, por exemplo, oferece 100% de segurança para o seu imóvel, garantindo indenização por prejuízos em consequência de incêndio, alagamentos, destelhamento e desmoronamento total e parcial. O grande objetivo deste seguro é atender a exigência de cobertura de Danos Físicos ao Imóvel (exatamente a condição para a concessão de crédito para construção por parte dos agentes financeiros abordada nos parágrafos acima) para unidades imobiliárias em estoque dadas em garantia nos contratos de dívida.

Confira alguns dos diferenciais do Seguro DFI do Convênio de Seguros:

- Taxa de 0,0060% ao mês/valor de avalição do imóvel;
- Sem número mínimo de unidades seguradas para abertura da apólice;
- Atende imóveis de propriedade do Incorporador, em construção, desocupados, entre outros.

Tudo isso com TAXAS geralmente QUATRO OU CINCO VEZES MENORES que as oferecidas pelas instituições financeiras! É isso mesmo. Por isso, não assine nenhum contrato ainda.

Em nosso site, você pode fazer uma simulação de valores e até mesmo já fazer o download dos documentos que você irá precisar. Basta acessar: www.seguroscbic.com

Agora você já sabe: consulte-nos antes de fechar contrato com o banco! Temos as melhores condições do mercado para você fazer o melhor negócio: **0800 648 9009**

ESOCIAL ENTRA EM VIGOR NO DIA 1º DE JANEIRO DE 2018

SUA EMPRESA JÁ ESTÁ PREPARADA PARA CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DO SISTEMA?

Guilherme Kardel

Gustavo Nicolai, médico do trabalho, especialista em Segurança e Saúde do Sesi Nacional

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2018. Pelo eSocial, as empresas passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada e eletrônica, informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em entrevista ao **CBIC Mais,** o médico do trabalho e especialista em Segurança e Saúde do SESI Nacional, Gustavo Nicolai, que participou de palestra sobre o tema com transmissão ao vivo nesta semana pelo Facebook, realizada pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CPRT/CBIC), com a correalização do Sesi Nacional, destaca que o registro dos eventos dos trabalhadores no sistema impactará as áreas de Recursos Humanos (RH), Fiscal, Contábil e Jurídica, tornando necessária a preparação prévia das empresas do setor da construção para seus efeitos em Saúde e Segurança no Trabalho (SST). Apresenta ainda suas impressões sobre SST no eSocial e reforça a importância das empresas entenderem o sistema e se prepararem para os custos que terão com tecnologia da informação, pessoas e processos, necessários para garantir sua aplicação e evitar multas.

Confira a entrevista:

CBIC Mais: Quais os principais impactos do eSocial em Saúde e Segurança do Trabalho para as empresas do setor da construção?

G.N.: O eSocial reunirá informações sobre a vida laboral dos trabalhadores, com o registro de cerca de 45 eventos voltados para Recursos Humanos, incluindo saúde e segurança, além das áreas Fiscal, Contábil e Jurídica das empresas.

A introdução de informações sobre Saúde e Segurança no Trabalho (SST) torna necessária a gestão de SST para evitar penalidades eletrônicas. Importante lembrar que o eSocial vai além de uma simples sistematização. As áreas interdisciplinares das empresas terão que se comunicar para que não gerem riscos na fiscalização automática e eletrônica. Todos os processos precisam ser revisitados. É preciso estar atento ao cumprimento dos prazos, por exemplo ao do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) periódico.

A estratégia empresarial é uma exigência para que o eSocial funcione bem. O tempo é escasso, por isso as empresas precisam se preparar, reunir suas equipes, definir responsáveis dentro das empresas, acordar com parceiros e fornecedores o que será entregue e começar um ciclo de trabalho e reuniões para os ajustes indispensáveis.

C.M.: Quais os procedimentos necessários para atendimento à Lei de Cotas para Deficientes (Lei 8213/91) dentro do eSocial?

G.N.: A empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas com deficiência. Com o eSocial será possível verificar se as empresas, que atualmente enviam suas informações via Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), estão ou não cumprindo a lei que estabelece as cotas para deficientes nas empresas. Quanto à substituição de um profissional

com deficiência (PCD), a legislação é clara, ela deve ocorrer antes do desligamento do atual trabalhador para que não caracterize descumprimento da legislação.

C.M.: Qual a sua impressão sobre o eSocial com relação ao setor da Construção Civil, tendo em vista se tratar de uma indústria itinerante, com constantes mudanças não apenas de ambiente, nos canteiros de obras, mas também de local e de funções dos seus trabalhadores?

G.N.: Os indicadores demonstram as constantes transformações ocorridas no setor da construção, que resultaram em trabalhos por processos. O eSocial impõe às empresas que trabalhem com processos. No entanto, o desafio no setor da construção se torna ainda maior, tendo em vista que nele os eventos e os processos acontecem muito rapidamente, com maior transição: na mesma hora em que se está admitindo também se está desligando. Para mitigar isso, é preciso fazer um planejamento, uma antecipação de riscos mais ampla para os trabalhadores. A inclusão de todos os riscos ocupacionais para os trabalhadores impactará na avaliação e mediação dos mesmos. A partir dos riscos, às vezes é preciso fazer exames de monitoramento e eles têm custos. Por isso, o planejamento pode ajudar o empresário a encaixar o tom ideal. Às vezes, as empresas têm trabalhadores absenteístas, que passam por várias áreas. Nem todos podem, mas alguns podem transitar entre os empreendimentos.

C.M.: Além das mudanças de ambiente/local, no setor da construção também observam-se muitas mudanças de funções dos seus trabalhadores. É possível já ter uma conclusão sobre os casos em que as funções ainda não estão devidamente registradas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho ou nos dados da Previdência Social?

G.N.: Existe um cadastro inicial das funções que deve ser feito pelas empresas durante a contratação dos seus trabalhadores. Um dos primeiros eventos do eSocial é a tabela de cargos. O primeiro passo é rever o cadastro de tarefas com a tabela da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e fazer o alinhamento necessário, com descrição das tarefas. A questão é preocupante. As empresas não davam atenção a essa questão, mas agora terão que se planejar e refazer o realinhamento com o CBO. Para as empresas mudarem suas estruturas terão que consultar suas áreas de segurança e saúde. A troca de informações se tornou fundamental entre as áreas de uma empresa, reforçando a necessidade de uma maior interatividade.

C.M.: As tarefas do pedreiro de alvenaria e do pedreiro de acabamento, atualmente desenvolvidas pelo oficial da construção, podem ser consideradas mudanças de função dentro do eSocial?

G.N.: Sim, a partir do momento em que a empresa mudar o ambiente de trabalho do seu funcionário. Se a empresa comunica que tem um ajudante da construção que está no ambiente de alvenaria e depois no ambiente de marcenaria, ela terá que fazer o exame de mudança de função. O ideal é que a empresa faça a mudança de função e tenha vários cargos diferentes para distinguir a sua tabela de cargos, porque se não a linha de antecipação de riscos terá que ser mais ampla.

C.M.: Como as empresas devem fazer em relação à terceirização e empreitada?

G.N.: A obrigação de fomentar o eSocial com informações sobre os riscos do ambiente de trabalho é da contratante, mas ambas terão que enviar os diferentes eventos, porque a origem de trabalho é diferente. A contratante tem que enviar o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT) para a empresa terceirizada. No entanto, os riscos precisam ter similaridade. Fazer gestão de Segurança e Saúde no Trabalho para os terceiros exigirá um esforço redobrado da equipe de SST. Cada empresa terá que ter seus programas de PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), de Programa de Previsão de Riscos Ambientais (PPRA) e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT).

Para a microempresa, o desafio terá que ser conjunto entre empresas, profissionais da área de SST, da CBIC, dos Seconcis e do Sesi Nacional que podem ajudar nos programas. Um dos projetos do Sesi visa ajudar as empresas a atenderem o eSocial, integrando setores dentro do mesmo CNAE. A "Cartilha eSocial do Sistema Indústria" já é uma dessas iniciativas.

O COMPROMISSO DA AÇÃO SOCIAL COM A CIDADANIA

AYRTON SÉRGIO ROCHEDO FERREIRA - Consultor do Projeto de Desenvolvimento de Lideranças, realizado pelo Fórum de Ação Social e Cidadania da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (FASC/CBIC), com a correalização do Sesi Nacional.

É importante pensar no compromisso que têm os agentes e entidades promotoras da ação social para com a sociedade e a cidadania. Afinal, por mais bem intencionado e generoso que o gesto possa parecer, ele pode produzir efeitos danosos, principalmente se considerado em escala. É uma questão de efeito sistêmico, onde a eficiência da parte só se legitima se não prejudicar a eficácia do todo.

Neste caso, o "todo" é a cidadania, que representa o nível de consciência com que as pessoas lidam com seus direitos e deveres para atuarem em sociedade. Ela é alcançada quando se reduz a dependência unilateral entre os indivíduos e se estimula a sua emancipação, crescimento e prosperidade.

A cidadania não é dada, mas conquistada e sustentada pelos que assumem compromissos com seus deveres, reconhecem a interdependência como prova de saúde social, toleram as diferenças e exigem, de forma implacável, os direitos estabelecidos.

A cidadania não é um adjetivo, mas um atributo substantivo que mede a qualidade de uma sociedade de pessoas humanas.

Já a ação social é a "parte", que engloba o conjunto de iniciativas destinadas a assistir pessoas e comunidades menos favorecidas para mitigar as diferenças numa determinada sociedade.

Estas iniciativas poderão se constituir em dádivas ou em possibilidades, dependendo da intenção de quem as promova e de quem delas se beneficie.

As ações sociais serão dádivas se constituírem-se como gratuidades, criando dependência nos seus beneficiários, tal como o vício que reclama a renovada satisfação experimentada. A dádiva alimenta o "coitadismo" e acorrenta o coitado ao seu benfeitor. A ação social "dádiva" pode ser eficiente, mas aniquila a consciência cidadã.

As ações sociais serão possibilidades se trouxerem aos favorecidos condições para construírem as mudanças que os libertará da situação precária em que se encontram e criarem neles o compromisso de sustentarem estas mudanças, sem dependência da ação social que os alavancou. A ação social "possibilidade", promove, desenvolve e é eficaz para a cidadania.

Assim, a ação social pode alavancar a cidadania ou contribuir para o seu aniquilamento, dependendo de como ela é concebida e com que intenção ela é colocada em prática.

Para ser eficaz, ela deve ser altruísta, por excelência, não devendo existir nenhuma intenção do beneficiário (ainda que velada) que não seja a razão explícita oferecida ao beneficiado: promovê-lo ou resgatá-lo ao nível de cidadão.

CBIC DADOS

PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL DOS INSUMOS TÍPICOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Mês/ano	Variação % mensal (base: igual mês do ano anterior)	Variação % acumulada no ano (base:igual período do ano anterior)	Variação % acumulada nos últimos 12 meses (base: últimos 12 meses anteriores)
set/17	-0,3	-5,5	-6,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FATURAMENTO DEFLACIONADO DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

	% de setembro/17 comparado a agosto/17	% de setembro/17 comparado a setembro/16	Acumulado no ano	Acumulado 12 meses (móvel)
Faturamento deflacionado	-6,1%	0,1%	-5,3%	-7,1%

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat).

AGENDA

WORKSHOP IMPLEMENTAÇÃO DO BIM

06 de novembro

ROADSHOW BIM
Local: João Pessoa-PB

13 de novembro

OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO EM OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS
Local: Rio de Janeiro-RJ

CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

23 de novembro

EVENTO REGIONAL DA CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CANPAT CONSTRUÇÃO 2017/2018) E REFORMA TRABALHISTA
Local: Auditório da Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto - AEAARP

CBIC 60 anos

08 de novembro

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CBIC
Local: Sede da CBIC
SBN, Quadra 1, Bloco I, Edifício Armando Monteiro Neto, Sala de Reunião do TÉRREO

O FUTURO DA MINHA CIDADE

21 de novembro

O FUTURO DA MINHA CIDADE
Local: Sinduscon - JPA

CII COMISSÃO DA INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA | CBIC

24 de novembro

REUNIÃO DA COMISSÃO DA INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA
Local: Maceió-AL

EXPEDIENTE:
Presidente da CBIC: José Carlos Martins
Equipe de Comunicação:
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br
Carmen Cunha - redacao@cbic.org.br
Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - marketing@cbic.org.br
Projeto Gráfico: Radiola
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula
Telefone: (61) 3327-1013